



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE TRÊS PASSOS

Aos 17 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho Três Passos o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001871-73.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Ivanildo Vian, pelo Diretor de Secretaria Irio Moresco e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 28.04.1993

Data da última correição realizada: 19.05.2015

Data da Implantação do PJe: 10.04.2015

Jurisdição: Barra do Guarita, Boa Vista do Buricá, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Nova Candelária, Redentora, Santo Augusto, Sede Nova, São Martinho, São Valério do Sul, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos, Vista Gaúcha

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 17.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Ivanildo Vian	Juiz Titular	13.08.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.05.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Três Passos pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juizes Substitutos Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer.



2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1 Ivanildo Vian	Desde 13.08.2012	Juiz Titular	3 anos, 9 meses e 5 dias
2 Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	07.01 a 05.02.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	29 dias
3 Felipe Jakobson Lerrer (Juiz do Trabalho Substituto Zoneado)	04.05 a 18.05.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	15 dias
	28.09 a 27.10.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	1 mês
	13.11.2015	Atuou em pauta em razão de impedimento do Juiz Titular	1 dias
4 Evandro Luís Urnau (Juiz do Trabalho Substituto)	21.08.2015	Atuou em pauta em razão de impedimento do Juiz Titular	1 dia
5 Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto Zoneado)	10.02 a 10.03.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	1 mês
6 Denilson da Silva Mroginski (Juiz do Trabalho Substituto)	15.04.2016	Atuou em pauta em razão de impedimento do Juiz Titular	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.05.2016)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular Ivanildo Vian	Férias	07.01 a 05.02.2015	30 dias
	Férias	04.05 a 18.05.2015	15 dias
	Férias	28.09 a 27.10.2015	30 dias
	Férias	10.02 a 10.03.2016	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.05.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidor (a)	Cargo	Função	Data de
--------------	-------	--------	---------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				Exercício na Unidade Judiciária
1	Irio Moresco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria – CJ3	28.04.1993
2	Uchoa Ferrarese De Lima	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	30.11.2012
3	Roselei Hermes	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	05.10.1993
4	Francisco Dion Cleberson Alexandre	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	11.06.2007
5	Elton Cesar Braun	Analista Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	05.04.2010
6	Iara Kunde Dickel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	28.04.2014
7	Jaime Schwaab	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	01.02.1994
8	Chaiane Maria Bublitz	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	22.03.2016
9	Marelise Ribeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	26.04.1994
-	Andre Renato Tomm	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	20.08.2012
-	Carlos Alberto Pinheiro Correa	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.10.2002

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.05.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
712,67	501 a 750	9	7 a 8



A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Três Passos está acima dos parâmetros previstos nas referidas normas. Tal situação decorre da lotação da servidora Chaiane Maria Bublitz, desde 22.03.2016, em virtude de remoção para acompanhar cônjuge.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Irio Moresco	Cursos ou eventos (CURS)	15	16 dias
	Curso Parcial	1	
Uchoa Ferrarese De Lima	Cursos ou eventos (CURS)	6	6 dias
Roselei Hermes	Cursos ou eventos (CURS)	13	13 dias
Francisco Dion Cleberson Alexandre	Cursos ou eventos (CURS)	11	11 dias
Elton Cesar Braun	Cursos ou eventos (CURS)	6	6 dias
Iara Kunde Dickel	Cursos ou eventos (CURS)	6	7 dias
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
Jaime Schwaab	Cursos ou eventos (CURS)	5	6 dias
	Curso Parcial	1	
Chaiane Maria Bublitz Desde 22.03.2016*	-	-	-
Marelise Ribeiro	Cursos ou eventos (CURS)	5	45 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	40	
Andre Renato Tomm	Cursos ou eventos (CURS)	6	7 dias
	Curso Parcial	1	



Carlos Alberto Pinheiro Correa	Cursos ou eventos (CURS)	7	7 dias
--------------------------------	--------------------------	---	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.05.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.05.2016, nenhum servidor saiu da unidade no período correccionado.

2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.05.2016, a unidade não conta com estagiário desde 02.09.2015.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Ivanildo Vian	-	-	29,5	29,5
Substituto Zoneado	Fernando Reichenbach	-	-	21,5	21,5
Substituto Zoneado	Felipe Jakobson Lerrer	-	-	75	75

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Irio Moresco	-	67,8	64	131,8
Uchoa Ferrarese De Lima	-	8	48	56
Roselei Hermes	-	60	107	167
Francisco Dion Cleberson Alexandre	-	28	136	164



Elton Cesar Braun	-	20	105	125
Iara Kunde Dickel	-	28	281	309
Jaime Schwaab	-	20	83	103
Chaiane Maria Bublitz	-	-	24	24
Marelise Ribeiro	-	24	111	135
Andre Renato Tomm	20	5	190	215
Carlos Alberto Pinheiro Correa	-	5	285	290

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.05.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de Três Passos foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 501 a 750 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 501 a 750 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alegrete - 01a Vara	474	537	583	531,33
Lagoa Vermelha - 01a Vara	476	620	559	551,67
São Gabriel - 01a Vara	622	671	401	564,67
Três Passos - 01a Vara	685	732	721	712,67
Unidades com 501 a 750 processos por ano	2.257	2.560	2.264	590,08

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015- 2016
----------	------	------	-----------------------	----------------------	---------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.202	742	-38,27%	874	17,79%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	96	95	-1,04%	110	15,79%
Pendentes de finalização na fase de execução***	655	700	6,87%	699	-0,14%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	40	51	27,50%	55	7,84%
Total	1.993	1.588	-20,32%	1.738	9,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

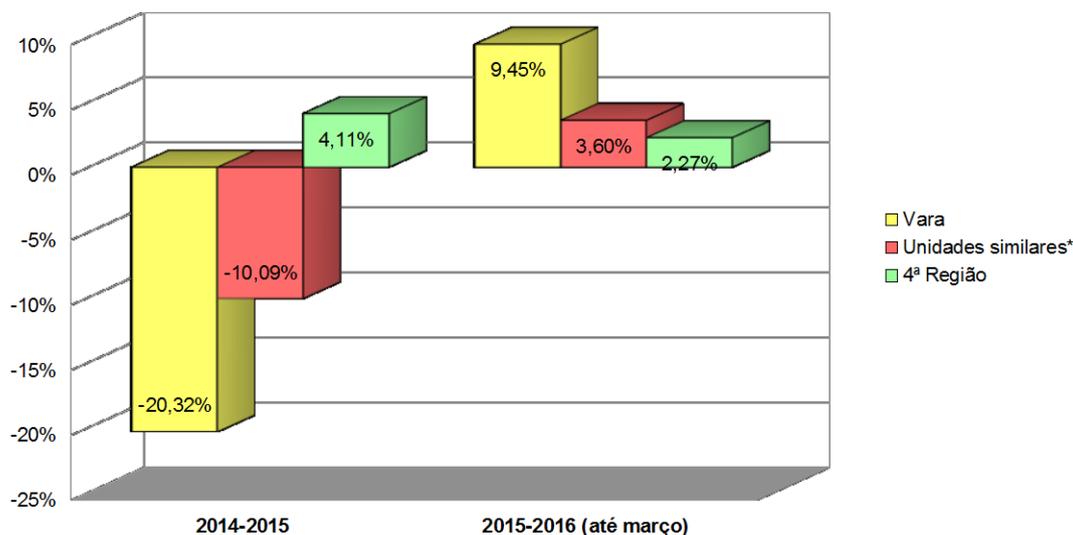
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve queda de 20,32% no número de processos tramitando na Unidade Judiciária. A diminuição observada nos processos pendentes na fase de conhecimento foi o fator que mais contribuiu para esse resultado (redução de 460 processos).

O acervo de processos na Vara do Trabalho de Três Passos em 2015 sofreu redução, enquanto o resultado apresentado pela 4ª Região no período foi de elevação média de 4,11% no estoque de processos. Nos três primeiros meses de 2016, no entanto, o estoque de processos tramitando na Unidade sofreu aumento de 9,45%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Varição do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Pendentes de solução do período anterior	237	346	45,99%	280	-19,08%
Casos novos	733	721	-1,64%	283	-60,75%
Sentença Anulada/Reformada	3	6	100,00%	1	-83,33%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	619	795	28,43%	141	-82,26%
Processos pendentes de solução	346	280	-19,08%	426	52,14%

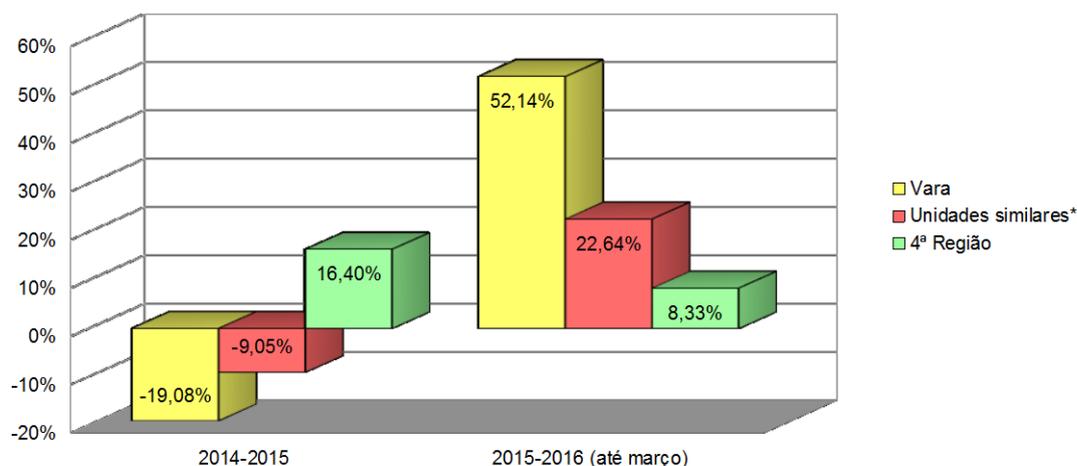
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 19,08% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 346 para 280 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40% no período. O principal fator que contribuiu para essa diminuição no estoque foi a elevação de 28,43% no número de processos solucionados (com e sem resolução de mérito) em comparação com os dados do ano de 2014.



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015, conforme se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	60	68	13,33%	160	135,29%
Aguardando encerramento da instrução	213	151	-29,11%	219	45,03%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	73	53	-27,40%	30	-43,40%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	8	Não aplicável	17	112,50%
TOTAL	346	280	-19,08%	426	52,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Três Passos - 01a Vara	84,45%	110,26%	30,57%	49,82%	-54,81%
Unidades similares*	92,03%	106,23%	15,43%	63,96%	-39,79%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%
---------------------	--------	--------	-------	--------	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 110,26% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 30,57% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante em cerca de 4,04 pontos percentuais e à média geral do TRT da 4ª Região em 21,15 pontos percentuais.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Três Passos - 01a Vara	63,81%	74,51%	16,76%	25,04%	-66,39%
Unidades similares*	64,51%	68,48%	6,15%	24,68%	-63,97%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de Três Passos foi de 74,51% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 16,76% superior ao verificado no ano anterior. De qualquer sorte, tal desempenho foi superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual em 6,03 pontos percentuais, bem como à média de toda a 4ª Região no referido período em cerca de 19,30 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	313	50,57	346	43,52	51	36,17
	Julgado procedente	8	1,29	3	0,38	1	0,71
	Julgado procedente em parte	183	29,56	297	37,36	57	40,43
	Julgado improcedente	49	7,92	50	6,29	10	7,09
	Extinto	3	0,48	3	0,38	1	0,71
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	556	89,82	699	87,92	120	85,11
Sem exame de	Extinto	6	0,97	26	3,27	1	0,71
	Arquivamento (art. 844 CLT)	15	2,42	36	4,53	10	7,09
	Desistência	11	1,78	22	2,77	8	5,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

mérito	Outras decisões	31	5,01	12	1,51	2	1,42
	SUBTOTAL	63	10,18	96	12,08	21	14,89
TOTAL		619	100	795	100	141	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 176 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa uma elevação de 28,43%. Esse desempenho se mostra superior à média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13% no número de processos solucionados, bem como acima da média apresentada por unidades similares, que sofreu queda de 9,22%, conforme especificações do quadro abaixo:

Variação média processos solucionados			Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	28,43%	-82,26%	Vara	45,27%	-80,45%
Unidades similares*	-9,22%	-83,73%	Unidades similares*	9,69%	-78,56%
4ª Região	8,13%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

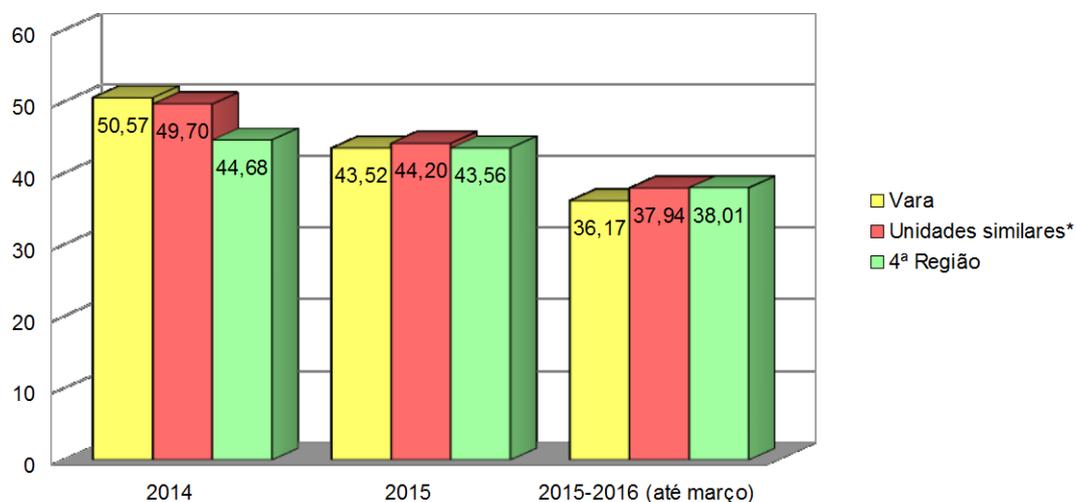
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014, foram proferidas 243 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 353 decisões, representando um aumento de 45,27%. Dessa forma, o desempenho da Unidade, nesse quesito, foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito, excluídas as conciliações.

Da mesma forma, os números evidenciam um aumento no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 313, representando 50,57% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações elevou-se para 346, correspondendo a 43,52% das soluções na fase de conhecimento – índice que foi bastante similar ao verificado em toda a 4ª Região: 43,56%. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 36,17%, resultado este pouco inferior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Iniciadas	203	208	2,46%	43	-79,33%
Encerradas	183	208	13,66%	33	-84,13%
Pendentes	91	85	-6,59%	94	10,59%
Arquivo Provisório	1	1	0,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 91, em 2014, para 85, em 2015, importando em uma redução de 6,59%. Esse resultado foi melhor que o índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para essa queda foi o aumento de 13,66% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos.

Já no primeiro trimestre de 2016, os números refletem um aumento no estoque de processos pendentes na fase de liquidação, de 85 para 94 processos, o que representa uma elevação de 10,59%, índice bastante superior ao encontrado na média geral do TRT no período (2,18%).



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Três Passos - 01a Vara	90,15%	100,00%	10,93%	76,74%	-23,26%
Unidades similares*	78,55%	88,33%	12,45%	63,29%	-28,35%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 100% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 10,93% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi 11,67 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 11,57 pontos percentuais maior que à média geral do TRT4.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Três Passos - 01a Vara	65,83%	69,57%	5,68%	25,78%	-62,94%
Unidades similares*	58,74%	59,16%	0,72%	17,76%	-69,98%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de Três Passos em 2015 atingiu 69,57% do número total de liquidações a encerrar – resultado 5,68% superior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi 10,40 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 15,25 pontos percentuais maior que a média geral do TRT da 4ª Região.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	271	876	223,25%	50	-94,29%

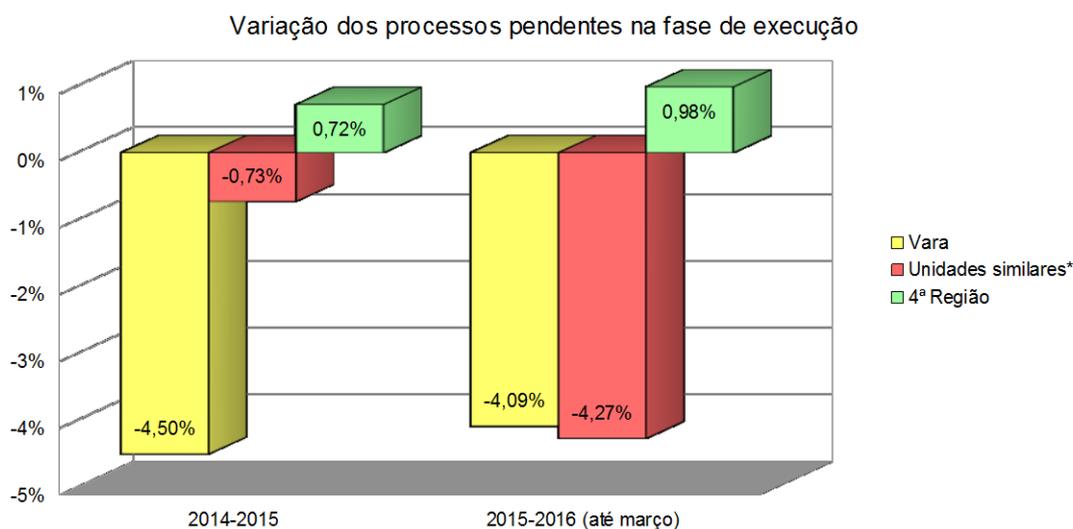


	Desarquivadas para prosseguimento	23	25	8,70%	0	-100,00%
Saídas	Encerradas	174	857	392,53%	55	-93,58%
	Arquivadas Provisoriamente	61	44	-27,87%	0	-100,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	9	9	0,00%	4	-55,56%
	Demais	324	309	-4,63%	301	-2,59%
	Total	333	318	-4,50%	305	-4,09%
Saldo no arquivo Provisório		612	592	-3,27%	592	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Três Passos sofreu um recuo de 333 para 318 (queda de 4,50%). Nesse período, um aumento de 223,25% no número de execuções iniciadas (de 271 para 876), associado a um expressivo aumento de 392,53% no número de execuções encerradas (de 174 para 857) impediu uma redução significativa no estoque de processos pendentes na fase de execução.

Por sua vez, os dados colhidos no primeiro trimestre de 2016 apontam uma nov redução no estoque de processos pendentes na fase de execução, em 4,09%, resultado mais positivo em comparação com a média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de 0,98% no número de execuções pendentes.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas				
2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Três Passos - 01a Vara	64,21%	97,83%	52,37%	110,00%	12,44%
Unidades similares*	88,02%	101,03%	14,78%	102,89%	1,84%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 97,83% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 52,37% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi 3,2 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual mas 17,8 pontos percentuais acima da média geral do TRT da 4ª Região no período.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Três Passos - 01a Vara	15,40%	47,06%	205,63%	5,73%	-87,83%
Unidades similares*	14,30%	29,38%	105,47%	5,45%	-81,46%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Vara do Trabalho de Três Passos em 2015 foi de 47,06% do número total de execuções a encerrar – resultado 205,63% maior que o verificado no ano anterior. Esse resultado foi 17,69 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 31,68 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região, constatando-se uma melhora no desempenho da Unidade neste quesito.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
(B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT	84	84	0,00%	22	-73,81%
(C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT	30	51	70,00%	41	-19,61%
(D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT	703	720	2,42%	706	-1,94%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Três Passos, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2016. Dessa consulta, **não resultou qualquer processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possua devedor inscrito no BNDT.

Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	68	66	2	38	38	2	8	7	3
Antecipações de tutela	56	55	1	69	62	5	18	22	3
Impugnações à sentença de liquidação	19	15	5	20	22	9	4	3	9
Embargos à execução	40	37	10	71	61	20	13	14	19
Embargos à arrematação	0	0	0	1	1	0	1	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	0	1	1	1	1	0	0	1
Total	184	173	19	200	185	37	44	46	36

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 200 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior. Observa-se, ainda, que o número de incidentes processuais julgados apresentou aumento de 6,94% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 173 para 185 processos. A despeito desse aumento, houve elevação do número total de incidentes processuais pendentes de decisão, de 19, em 31.12.2014, para 37 processos, em 2015, o que se atribui, dentre outros fatores, a um aumento superior dos incidentes recebidos em relação ao aumento daqueles julgados na comparação entre os dois períodos.

Destaca-se, por fim, que, em 31.03.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 36 processos, resíduo 2,7% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que corresponde a maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Registro que, do cotejo entre a listagem de incidentes pendentes de decisão com os andamentos processuais dos processos em que constatada pendência superior a 06 meses, não foram encontradas falhas ou lapsos quanto à inserção da correta solução do incidente no sistema, nada havendo a retificar no aspecto.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	52,22	52,81	1,12%	118,71	124,80%
	Ordinário	156,10	185,52	18,84%	183,05	-1,33%
	Total	153,04	170,49	11,40%	179,67	5,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

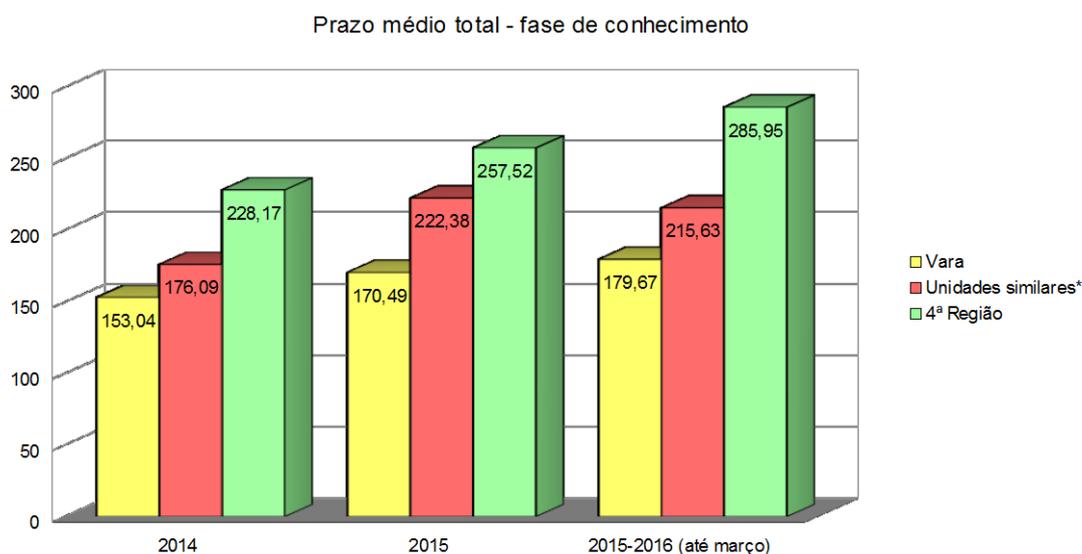
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Três Passos apresentou uma elevação de 11,40%, passando de 153,04 para 170,49 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou pequeno aumento de 1,12% em relação à média do ano anterior, passando de 52,22 para 52,81 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 185,52 dias, prazo este 18,84% superior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014.

Todavia, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 23,34% inferior (51,90 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 33,80% menor (87,03 dias) do que a média do



prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4.

Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 179,67 dias, prazo este 16,68% inferior (35,97 dias) ao prazo médio constatado nas Unidades Similares e 37,17% inferior (106,29 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	77	59,5	-22,73%	64	7,56%
	Ordinário	150,89	176,01	16,65%	187,43	6,49%
	Total	148,19	164,3	10,87%	182,29	10,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

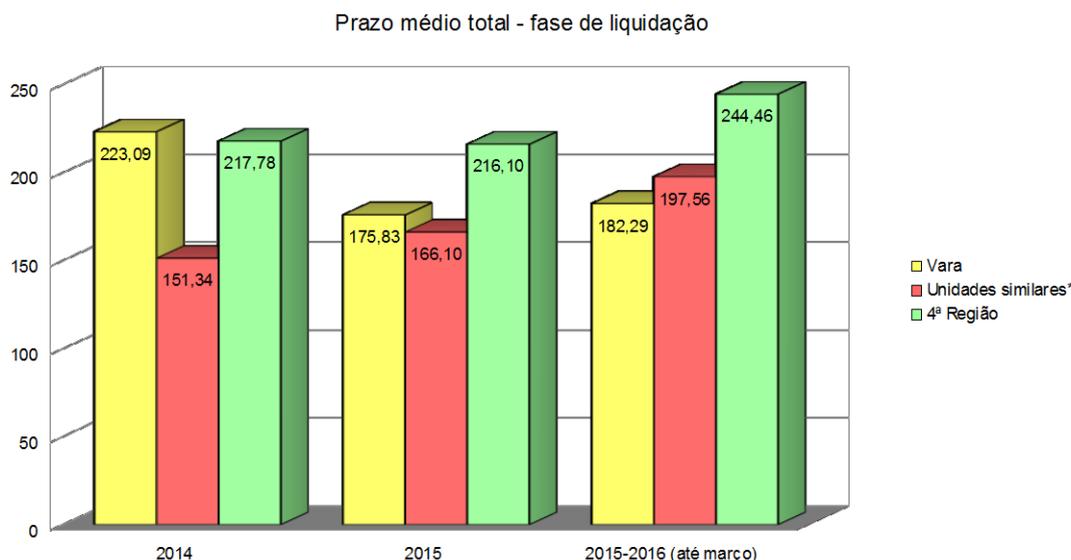
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 59,5 dias, apresentando uma redução de 22,73% em relação à média de prazo do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 176,01 dias, prazo este 16,65% superior em comparação ao verificado em 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos no primeiro trimestre do ano corrente, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação tanto no rito sumaríssimo quanto no rito ordinário.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,8 dias menor do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de



movimentação processual e 51,80 dias menor na comparação com a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região.

Da mesma forma, os dados dos três primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 7,73% inferior (15,27 dias) ao prazo médio nas demais Unidades Similares e 25,43% menor (62,17 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	335,73	515,70	53,60%	323,41	-37,29%
	Ente público	709,24	1.548,87	118,38%	123,40	-92,03%
	Total	396,07	691,76	74,66%	251,98	-63,57%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, aumentou de 335,73 dias, em 2014, para 515,7 dias, em 2015. No primeiro trimestre de 2016, no entanto, os dados apontam redução média para 323,41 dias, prazo este 37,29% inferior àquele apurado ao final do ano anterior.

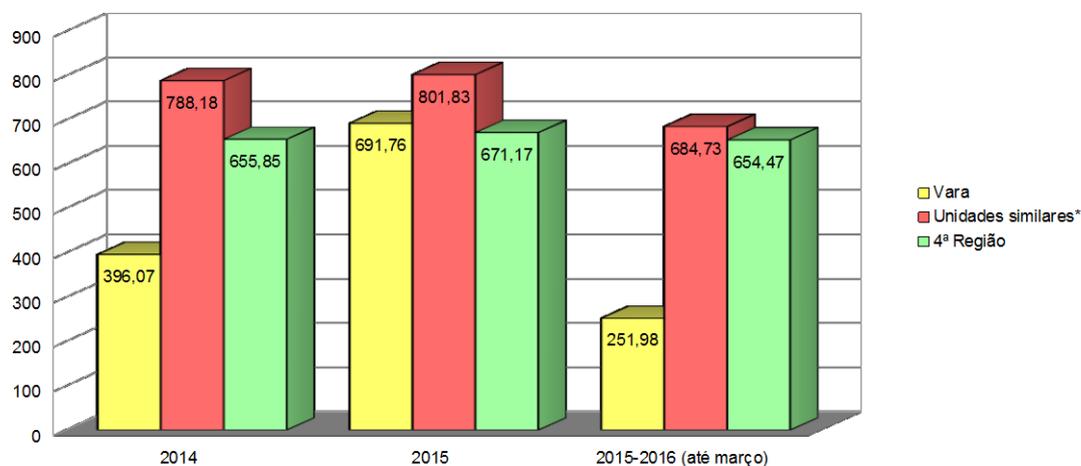
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 709,24 dias, em 2014, para 1.548,87 dias, em 2015. Todavia, nos três primeiros meses de 2016, os números sinalizam que o lapso de tramitação sofreu redução para 123,4 dias, o que equivale a uma queda de 92,03% na comparação com 2015.



Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Três Passos foi 13,73% inferior (110,07 dias) ao das unidades similares, mas 3,07% maior (20,59 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que, no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio total da Unidade foi 63,20% menor (432,75 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 61,50% menor (402,5 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
721	795	110,26%	Meta Cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
235	235	100,00%	Meta já cumprida



5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
859	773	89,99%	Meta não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
7	8	114,29%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	20	1	19	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	0	2	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	32	3	Meta não cumprida
5º	União	3	1	2	Meta cumprida
6º	OI S.A.	0	0	0	Meta cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	0	10	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	0	0	Meta cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	15	10	14	Meta cumprida



10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida
-----	-------------------------------------	---	---	---	----------------------

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	153,04	170,49	151,51	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	348	313	330,5	346	334	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
283	141	49,82%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.03.2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
343	336	97,96%	Meta já cumprida



5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03.)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.03)
Total de acordos	348	313	330,5	51	338	Meta não cumprida
Média mensal de acordos	29	26,08	27,54	17,00	28,17	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.03)
50	46	92,00%	Meta não cumprida

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.03.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31.03)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	União	1	5	0	Meta não cumprida
3º	Estado do Rio Grande do Sul	1	0	0	Meta cumprida



4º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	3	0	Meta não cumprida
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	32	38	31	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	0	1	0	Meta não cumprida
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	3	3	2	Meta não cumprida
8º	Claro S.A.	0	0	0	Meta cumprida
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1	0	0	Meta cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. Nas férias do Juiz Titular não há pauta. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo:

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	20(I)	3(I) 4-5(P)	-	-
Tarde	-	3(I) 4-5(P)	3(I) 4-5(P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências Francisco Dion Cleberson Alexandre na data da correição)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

Segundo o Secretário de Audiências Francisco Dion Cleberson Alexandre, são incluídos em pauta semanalmente em torno de 20 iniciais e 15 instruções. Pela manhã as audiências iniciam às 08h30min e à tarde às 13h30min. Há poucos processos pelo rito sumaríssimo e, quando ajuizados, são incluídos em pauta breve. Relatou o Secretário de Audiências que o Juiz Titular dá prioridade à pauta. Se necessário, encaixa mais processos na pauta para reduzir o prazo. Todos os processos são analisados pelo Juiz antes das audiências. As audiências são agrupadas por empresa ou por advogado. As iniciais são designadas a cada 05 ou 10 minutos, dependendo da necessidade de produção de prova.

6.2 PAUTAS LIVRE



Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	21.06.2016	08.06.2016
Una Sumaríssimo	21.06.2016	08.06.2016
Instrução	05.10.2016	28.09.2016

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências Francisco Dion Cleberson Alexandre na data da correição)

6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	25,35	37,44	47,68%	48,57	29,74%
	Ordinário	40,48	38,47	-4,98%	57,82	50,32%
	Total	40,01	38,33	-4,21%	57,46	49,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo sofreu elevação de 25,35 dias, em 2014, para 37,44 dias, em 2015 (aumento de 47,68%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 40,48 dias, em 2014, para 38,47 dias, em 2015 (redução de 4,98%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis confirmaram os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	14,36	7,87	-45,18%	36,57	364,47%
	Ordinário	130,96	106,4	-18,76%	90,92	-14,55%
	Total	125,48	94,89	-24,38%	87,46	-7,84%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 14,36 dias, em 2014, para 7,87 dias, em 2015 (redução de 45,18%). No rito ordinário, da mesma forma, foi observada uma redução no prazo médio das audiências de instrução de 130,96 dias, em 2014, para 106,4



dias, em 2015 (queda de 18,76%). O prazo total, dessa forma, observou queda de 24,38% em relação ao ano anterior, totalizando 94,8 dias.

No ano primeiro trimestre de 2016, os dados sinalizam uma nova queda no prazo médio total, de 7,84%, ficando este em 87,46 dias no período de avaliação.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis confirmaram os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Evandro Luís Urnau	0	4	0	0	4
Felipe Jakobson Lerrer	2	4	0	0	6
Ivanildo Vian	612	332	95	2	1.041
TOTAL	614	340	95	2	1.051

2016 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ivanildo Vian	183	52	6	3	244
TOTAL	183	52	6	3	244

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Fagundes	4	0	0	4	2	6
Evandro Luís Urnau	1	2	0	3	-	3
Felipe Jakobson Lerrer	2	2	0	4	10	14



Ivanildo Vian	338	346	3	687	84	771
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1	0	0	1	-	1
TOTAL	346	350	3	699	96	795

2016 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Felipe Jakobson Lerrer	-	2	0	2	-	2
Fernando Reichenbach	-	0	0	0	4	4
Ivanildo Vian	51	65	1	117	17	134
Juiz não informado	-	1	0	1	-	1
TOTAL	51	68	1	120	21	141

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Titular Ivanildo Vian	Conhecimento	0001514-52.2012.5.04.0641 0000675-56.2014.5.04.0641
Juiz Titular Ivanildo Vian	Embargos à Execução	0000371-91.2013.5.04.0641
Juiz Titular Ivanildo Vian	Embargos à Arrematação	0000371-91.2013.5.04.0641

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 16.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 22.03.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no dia. Os demais, nos **processos físicos**, são cumpridos em 2 ou 3 dias da determinação. **No PJe**, são cumpridos em até 48 horas.

Quando há notificação para a Procuradoria Regional Federal, os autos do processo são remetidos ao Órgão, o que o corre, em média, uma vez por semana.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados são cumpridos em 2 ou 3 dias do despacho, tanto nos processos físicos quanto eletrônicos.

Os precatórios e RPVs são expedidos à medida que surgem. Pontuou o Diretor de Secretaria que não há muitas execuções contra entes públicos.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS



São expedidos alvarás diariamente, num prazo de 24 horas da determinação.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 20 ao dia nos processos físicos e de 10 a 20 nos processos eletrônicos.

Há dois dias de pauta na unidade. Em vésperas de audiência, o protocolo pode chegar a 100 petições ao dia.

No dia da correição, estavam sendo apreciadas, **no PJE**, as petições de 11.05.2016; **nos processos físicos**, as petições de 12.05.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição estava sendo certificado o prazo até 12.05.2016 nos processos físicos e da última semana de abril nos processos eletrônicos.

Segundo o Diretor de Secretaria, o controle do prazo no PJe é feito por pastas, de 10 em 10 dias.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de autos ao TRT é semanal.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito mensalmente.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade teve apenas um caso de execução reunida, no ano de 2012.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita após consulta ao Bacen, sendo ele negativo ou parcial. A retirada do cadastro é feita no momento do despacho de liberação dos alvarás.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0000264-18.2011.5.04.0641	19.04.2016
2	0000131-34.2015.5.04.0641	02.05.2016
3	0000103-66.2015.5.04.0641	06.05.2016
4	0000102-81.2015.5.04.0641	06.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível



empenho (despachos proferidos e expedição de notificações) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0000569-94.2014.5.04.0641	05.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.5.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016, verificou-se que não há mandados em atraso em carga com os Oficiais de Justiça.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **71 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000720-31.2012.5.04.0641
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ausência do termo de juntada: ausência dos termos de juntada quanto às petições das fls. 390 e 602 - 606. (Art. 101 da CPCr). Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 588v não menciona que a petição da reclamada é acompanhada de documentos (fls. 590 - 593). (Art. 101, parágrafo único, da CPCr). Certidão exarada com equívoco na especificação da data: certidão exarada em 08.04.2016 (fl. 616) faz referência errada quanto à data do termo final do despacho da fl. 596. Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 23.02.2015 (fl. 599) para ciência do reclamante acerca do despacho da fl. 596, com certidão correspondente exarada em 08.04.2016.	
2	Processo nº 0000681-97.2013.5.04.0641
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição juntada antes do contrato social da reclamada (fls. 35 -47) e instrumento de procuração juntado após a contestação (fl. 56). (Art. 67 da CPCr) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 339 não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls. 345 - 346) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101 da CPCr e art. 169, §1º, do CPC).	



Movimentação Processual: nada a apontar.

3

Processo nº 0000508-73.2013.5.04.0641

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição juntada, contrato social e instrumentos de procuração das reclamadas juntados fora de ordem e intercalados com as peças de contestação (fls. 59 -72, 85-91 e 131-140 e 154 -166). (Art. 67 da CPCR)

Atraso na solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória citatória distribuída em 23.05.2014. Após consulta realizada através do site do Tribunal em 04.08.2014, houve solicitação de informações acerca do cumprimento, apenas, em 01.10.2014 (fl. 282). (Art. 86, parágrafo único, da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

4

Processo nº 0000870-41.2014.5.04.0641

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls.116 - 120) publicada em secretaria sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCR)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 120v não menciona que o recurso da reclamada é acompanhado de comprovantes de depósito recursal e recolhimento de custas (fls. 130v - 131). (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

5

Processo nº 0000252-96.2014.5.04.0641

Fase: Conhecimento – Homologada transação.

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0000253-86.2011.5.04.0641

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição, contrato social e instrumentos de procuração da reclamada juntados fora de ordem (fls. 39 - 44). (Art. 67 da CPCR)

Ordem invertida: certidão de cálculo posterior à Carta Precatória executória (fls. 80 – 81).

Ausência de especificação do termo final da suspensão processual no andamento lançado no sistema informatizado em 09.01.2013, bem como ausência de certidão correspondente exarada nos autos acerca da referida suspensão. (Artigos 94 e 95 da CPCR)

Ausência de certidão antecedente relativa à expedição de alvarás para liberação de valores oriundos do processo nº 0001489-03.2011.5.04.0341 (fls. 118 - 119). (Art. 96 da CPCR)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: após expedição de alvará em 03.12.2014 relativo a valores oriundos de processo com execução reunida, houve atualização de cálculo, apenas, em 19.01.2016 (fl. 121), com decisão subsequente proferida em 04.02.2016 (fl. 124).

7

Processo nº 0000471-12.2014.5.04.0641

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.



8	Processo nº 0049200-65.1997.5.04.0641
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão nos autos acerca da suspensão processual: lançamentos realizados, exclusivamente, no sistema informatizado relativos à prorrogação da suspensão processual determinada por decisão proferida em 27.06.2014 (fl. 97). (Artigos 94 e 95 da CPCr) Movimentação Processual: nada a apontar.	
9	Processo nº 0000470-27.2014.5.04.0641
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração juntado antes do contrato social da reclamada (fls. 19 -22) (Art. 67 da CPCr) Certidão exarada antes do vencimento do prazo comum: certidão e termo de conclusão exarados em 28.10.2014 (fl. 49), quando o prazo recursal da reclamada, com vencimento em 30.10.2014 (fl. 37), ainda estava em curso. (Art. 895, I, da CLT) Petição protocolada e não apreciada: em 16.06.2015 (fl. 70), o reclamante protocolou petição relativa à aceitação do bem indicado à penhora pela reclamada. Todavia, em 30.06.2015, foi exarada certidão equivocada, mencionando a ausência de manifestação do reclamante nesse sentido. Movimentação Processual: nada a apontar.	
10	Processo nº 0000109-10.2014.5.04.0641
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição, contrato social, instrumentos de procuração e contestação da reclamada juntados fora de ordem (fls. 20 - 34). (Art. 67 da CPCr) Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 16.02.2016 para reclamada apresentar manifestação acerca do prosseguimento da execução, com certidão correspondente exarada em 22.04.2016 (fl. 89).	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída 13.05.2016.

Prática	Exemplos
CP devolvida à origem sem andamento	0000486-83.2011.5.04.0641
Registros Desatualizados	0000136-56.2015.5.04.0641
	0000845-96.2012.5.04.0641



8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

De acordo com o Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria, no acolhimento do cálculo, se há trânsito em julgado, o depósito recursal é liberado ao credor. Se não, o valor do depósito é deduzido da conta. A citação se dá pelo valor remanescente.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Segundo relato do Diretor, o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 10.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 16.05.2016, véspera da inspeção.

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	9	0020547-23.2015.5.04.0641	13.04.2016
Com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado	4	0020372-92.2016.5.04.0641	05.05.2016
Com petições não apreciadas	104	0020542-98.2015.5.04.0641	11.05.2016
Processos com audiências não designadas	6	0020335-65.2016.5.04.0641	14.04.2016



Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Audiência		192	0020437-24.2015.5.04.0641	18.12.2015
Aguardando Cumprimento de Providência	2018-05-maio – 21-30	150	0020380-06.2015.04.0641	19.11.2015
Análise do Conhecimento		5	0020299-23.2016.5.04.0641	03.05.2016
Aguardando Término dos Prazos		62	0020211-82.2016.5.04.0641	07.04.2016
Prazo vencido		32	0020223-33.2015.5.04.0641	20.04.2016
Preparar Comunicação		10	0020310-86.2015.5.04.0641	10.05.2016
Triagem Inicial		16	0020370-25.2016.5.04.0641	04.05.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Liquidação 2016-5-maio – 11 a 20	11	0020167-97.2015.5.04.0641	22.04.2016
Análise de Liquidação	Liquidação	2	0020083-96.2015.5.04.0641	10.05.2016
Análise de Execução	Execução	10	0020211-19.2015.5.04.0641	06.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe no dia 16.05.2016)

Em 16.05.2016 havia 598 processos na fase de conhecimento, 18 processos na fase de liquidação e 41 na fase de execução.

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente.

A triagem inicial é dividida entre 6 servidores, pela numeração final do processo, e a execução centralizada em um servidor especializado.

As audiências são designadas em Secretaria, constando do livro-pauta juntamente com as audiências dos processos físicos. É feita uma análise da inicial antes da realização da audiência.

Na data de correição, estavam sendo analisadas as petições protocoladas em 11.05.2016.

Nos processos examinados, constantes da tabela supra, não foram constatadas irregularidades em relação ao cumprimento de prazos.

Por fim, verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado, nem em períodos anteriores.



11 OUVIDORIA

Não há expedientes na Ouvidoria deste TRT relativos a essa unidade durante o período correccionado.

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O quadro da unidade está completo. O Diretor de Secretaria requereu, contudo, a contratação de um estagiário de Direito. Afirmou estar muito satisfeito com o atual horário de atendimento externo – das 11 às 18h; disse que o trabalho interno, dessa forma, é mais produtivo.

Conforme já observado na inspeção correcional realizada no ano de 2015, a Vara do Trabalho de Três Passos apresenta resultados muito positivos

Quanto à movimentação processual, no ano de 2015, houve queda de 20,32% no número de processos tramitando na Unidade Judiciária. O fator que mais contribuiu para esse resultado foi a diminuição nos processos pendentes na fase de conhecimento, que por sua vez se deve ao aumento de 28,43% no número de processos solucionados no ano. A quantidade de processos em liquidação na unidade é pequena: inferior a 100 processos; ainda assim, houve redução no período. O estoque de execuções pendentes na vara sofreu um recuo de 333 para 318 processos no ano.

Os prazos médios das audiências iniciais e de prosseguimento estão muito bons - inferiores a 40 e 180 dias, respectivamente.

Relatou o Diretor que, para melhorar os números na execução, vai desarquivar os processos arquivados com dívida, reunir as execuções contra as mesmas empresas, utilizar o convênio BacenJud e outros e, após, arquivar definitivamente (sem dívida) os processos reunidos.

Registra-se não terem sido constatados equívocos na inclusão de devedores no BNDT nas execuções encerradas, tampouco no lançamento de conclusões e soluções dos incidentes processuais no sistema informatizado.

A divisão do trabalho entre a equipe é feita por tarefa nos processos físicos. Nos eletrônicos, a triagem inicial é feita por carteira, dividida entre 6 servidores. As demais fases ainda não estão divididas: três servidores trabalham nelas.

O Diretor informou que todas as notificações para o Município de Três Passos têm sido feitas por Oficial de Justiça, para atender ao apelo da presidência do Tribunal quanto à redução de custos, evitando o pagamento das correspondências registradas com comprovante de recebimento.

A unidade apresentou várias demandas.

O Secretário de Audiências questionou sobre a viabilidade do carregamento da pauta ser automático e da possibilidade de que a secretaria tenha a opção de escolher quais *downloads* devam ser carregados. Alegou, que a expedição de ofícios no PJe é extremamente morosa, situação que está sendo contornada pelo envio, por e-mail, da própria ata de audiência assinada pelo juiz.

O diretor requereu fosse resolvido o problema da internet, que está muito lenta tanto na secretaria e quanto para os advogados que aguardam no saguão o início das audiências. Questionou se, quando for obrigatório o



Cadastramento da Liquidação e Execução (CLE), o PJe vai ter módulo próprio de execução. Sugeriu, também, que, no PJe, as petições em sigilo apareçam na primeira tela a fim de facilitar a identificação das mesmas. Também sugeriu que, ao lado do número identificador das petições (Id), apareça uma numeração paralela sequencial, facilitando a análise quando há necessidade de se reportar a um documento.

Por fim, solicitou seja disponibilizado aos servidores um curso sobre o Novo CPC por EAD, que poderia ser disponibilizado em Três Passos ou Palmeira das Missões, possibilitando a presença dos servidores das unidades no entorno, haja vista que atualmente é necessário deslocar-se até a Vara do Trabalho Santa Rosa.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos com os processos físicos e a disposição das mesas.

Destaca-se a excelente produtividade do Juiz Titular Ivanildo Vian, que possui reduzido número de processos para prolação de decisão com prazo excedido.

Merece destaque, ainda, o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores, demonstrando existir perfeita integração entre todos na unidade.

Ao final, o Vice-Corregedor parabenizou a todos pelo excelente andamento dos serviços e pelo comprometimento da equipe de servidores da unidade com suas atividades.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;



- b) atente para a determinação de consulta à Vara Deprecada quanto à andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR;
- c) observe que os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCR;
- d) observe o que determina o artigo 95 da CPCR quanto à certificação das datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique na alteração na contagem;
- e) atente para o que dispõe o Art. 96 da CPCR quanto aos registro e certidão nos autos para evitar situações como a constatada no processo nº **0000253-86.2011.5.04.0641**;
- f) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- g) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- h) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

15 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **71 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária



regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) dê andamento de Carta Precatória devolvida: nº 0000486-83.2011.5.04.0641;
- b) atualize os registros de processos como os de nº 0000845-96.2012.5.04.0641 e 0000136-56.2015.5.04.0641.

16 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

Solicita-se à Secretaria de Gestão de Pessoas que informe a previsão de contratação de estagiário de Direito para a Vara do Trabalho de Três Passos.

Solicita-se à Seção de Capacitação que informe acerca da viabilidade de disponibilizar aos servidores das unidades judiciárias próximas à Vara de Três passos um curso sobre o Novo CPC por EAD, a ser disponibilizado na Vara do Trabalho de Três Passos ou Palmeira das Missões.

Solicita-se à SETIC informações acerca da velocidade da rede de internet disponível na unidade.

Solicita-se à ASSTECO informações sobre os questionamentos feitos pela unidade quanto ao PJe: se vai haver módulo próprio de execução; se é viável no PJe que as petições em sigilo apareçam na primeira tela a fim de facilitar a identificação; se é viável incluir ao lado do número identificador das petições (Id) uma numeração paralela sequencial.

17 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

18 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Três Passos, das 11h às 12h à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes à unidade. Compareceram a Presidente da Subseção da OAB, Sra. Elisete Trautenmüller Kerber, o Secretário Geral da OAB, Sr. José Orlando Schäfer, o Conselheiro Nei Pascoal Sorigo e os advogados Julci de Camargo,



Everton Augusto Caciamani e Roberto Carlos Simon. A maior queixa dos advogados foi quanto ao funcionamento do PJe. A demanda específica do advogado Roberto Simon foi quanto ao PJe em processo no qual atuou na VT de Santa Rosa. Segundo ele, os documentos supostamente assinados e enviados não estavam nos autos do PJe no momento da audiência. A questão foi solucionada com informação da Diretora de Informática, dando conta que os documentos não foram assinados eletronicamente e, assim, não foram enviados para a VT de Santa Rosa antes da audiência, ou seja, não houve falha do sistema PJe.

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Ivanildo Vian, pelo Diretor de Secretaria Irio Moresco e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional